

Política urbana passa por acordo

Acerto envolveu todo o capítulo e aprovação foi quase unânime

A Constituinte acatou ontem — por 322 Sim 1 Não e 3 abstenções — o texto acordado pelas lideranças partidárias e que definiu uma nova política urbana a ser adotada depois da promulgação da nova Carta. O jogo de cintura das lideranças permitiu o aparecimento de um substitutivo híbrido, que sintetizou os pontos do projeto do Centrão e da Comissão de Sistematização. Desta forma ficaram garantidas a iniciativa popular na proposição de projetos de lei de interesse da cidade ou do bairro e as desapropriações por não utilização ou subutilização do solo urbano.

O acordo feito em todo o capítulo da política urbana

só chegou a termo com o compromisso das esquerdas de propor a retirada do termo "sucessivamente" do parágrafo 4º do artigo 212, onde é tratada a questão da utilização do solo urbano. PT, PDT e PC do B declararam seu voto Sim ao acordo, não sem antes justificar ao plenário sua posição diante do compromisso.

Sem qualquer encaminhamento favorável ou contrário, por ser considerada matéria de conhecimento prévio de todos os parlamentares, o acordo, como ficou conhecido, foi à votação logo após o plenário ter acatado por 311 SIM a 09 NÃO e 02 abstenções o projeto do Centrão como o texto base do capítulo.

EUGÊNIO NOVAS



O placar eletrônico não deixou dúvida quanto ao prévio entendimento para a aprovação da reforma

Cresce o poder municipal

O desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes são os pontos básicos da reforma urbana definida ontem pela Constituinte. A nova política a ser executada pelo poder municipal terá suas diretrizes fixadas em lei, sendo obrigatório um plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, para as cidades com mais de 20 mil habitantes. Dentro destas diretrizes as desapropriações de imóveis urbanos só poderão ser feitas com a "prévia e justa indenização em dinheiro".

A nova política urbana concedeu ainda ao poder público municipal a faculdade de exigir, com base em lei específica, que o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, promova seu adequado aproveitamento. Em casos contrários, o imóvel poderá ser passível de parcelamento ou edificação compulsórios, imposto progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

Com o novo texto ficou ainda definido como passível da usucapião o terreno urbano de até 250 metros quadrados e que esteja sendo ocupado, ininterruptamente sem oposição, por moradia. Isto se dará desde que o ocupante não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Ficou ainda assegurado aos

Estados a instituição, mediante lei complementar, de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Pelo novo texto, o transporte coletivo urbano passou a ser considerado serviço público essencial de responsabilidade do município, podendo ser operado por meio de concessão ou permissão.

LIMPEZA

Com o acordo, acabaram no lixo até emendas que contavam com parecer favorável do relator Bernardo Cabral, como um grupo delas que estabelecia normas para a construção de logradouros públicos visando facilitar o acesso de deficientes físicos. Juntamente à proposição ficou prejudicada emenda do deputado José Fernandes (PDT-AM), proibindo a venda, durante 10 anos, dos imóveis adquiridos por doação em programas habitacionais do Governo.

Também, perdeu a chance de entrar para a Constituição, emenda do deputado Roberto Freire (PCB-BA). Sutilmente, ele pretendia restringir o pagamento por desapropriações urbanas em dinheiro apenas àqueles imóveis usados como moradia pelo proprietário. O deputado José Bonifácio subiu na tribuna para falar contra e venceu o pagamento prévio em moeda corrente para todos os desapropriados.

Centrão não salva os contratos de risco

Uma última tentativa de fazer prevalecer o contrato de risco para exploração de jazidas de petróleo ou gás natural foi feita ontem pelo Centrão, que voltou a submeter ao voto do plenário uma fusão de emendas idêntica a outra já rejeitada na última sexta-feira. Propondo substituir o parágrafo único do artigo 206, que assegura o monopólio da União neste tipo de atividade, a fusão foi apresentada graças ao apoio das lideranças partidárias. No entanto o vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), e o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), esclareceram antes da votação que assinaram o requerimento apenas para dar oportunidade de uma proposta ser votada, e não para apoiar o mérito da matéria.

O Centrão pretendia ver aprovada a proposta assinada pelos deputados Raimundo Bezerra (PMDB/CE) e Theodoro Mendes (PMDB/SP), que ressalvavam o contrato de risco a "empresa brasileira", desde que o termo de concessão da União fosse autorizado pelo Congresso Nacional. De todas as lideranças que assinaram o requerimento de votação da fusão, apenas os do PDS, do PTB e do PFL declararam seu voto a favor do mérito. A manobra do Centrão enganou até o relator Bernardo Cabral, que deu parecer favorável à emenda pensando que se tratava de acordo de lideranças. "Agora tenho que manter meu voto SIM para ser coerente", admitiu assim que foi alertado de sua posição.

A emenda foi rejeitada por 185 votos contra 125 e 14 abstenções, confirmando a tendência demonstrada pelo plenário na última quinta-feira, quando aprovou o monopólio da União sobre os riscos e resultados decorrentes da exploração de jazidas de petróleo e gás natural, sem qualquer tipo de participação de iniciativa privada. A alternativa a esta matéria, restabelecida do projeto da Comissão de Sistematização, era a série de emendas apresentadas por constituintes centristas propondo a dos contratos de risco pelo Congresso Nacional.

De todas as lideranças que declararam os votos de suas bancadas, só a do PDT se manifestou contra a aprovação da emenda por achar que não se trata de matéria constitucional. Foi rejeitada por 175 votos contra 31 e 13 abstenções.

O quorum baixo prejudicou ainda a emenda do deputado Fernando Lyra, que teve sua votação adiada de sexta-feira para ontem justamente por falta de quorum. Por 232 votos contra 69 e 13 abstenções, ficou rejeitada a proposta de nacionalização das atividades de aerolevanteamento.

Também não foi aprovada, por falta de cinco votos, uma emenda do deputado Alfi Domingos (PL/SP), destacada pelo deputado Maurício Fruet (PMDB/PR), que proibia a cessão de servidores de sociedades de economia mista ou de empresas públicas para os órgãos da administração direta. Defendida tanto por Fruet quanto pelo relator, a matéria foi considerada "altamente moralizadora".

Economia termina com rejeições

Quatro emendas aprovadas deram notoriedade e aplausos a Myriam Portella

Uma última tentativa de fazer prevalecer o contrato de risco para exploração de jazidas de petróleo ou gás natural foi feita ontem pelo Centrão, que voltou a submeter ao voto do plenário uma fusão de emendas idêntica a outra já rejeitada na última sexta-feira. Propondo substituir o parágrafo único do artigo 206, que assegura o monopólio da União neste tipo de atividade, a fusão foi apresentada graças ao apoio das lideranças partidárias. No entanto o vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), e o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), esclareceram antes da votação que assinaram o requerimento apenas para dar oportunidade de uma proposta ser votada, e não para apoiar o mérito da matéria.

O Centrão pretendia ver aprovada a proposta assinada pelos deputados Raimundo Bezerra (PMDB/CE) e Theodoro Mendes (PMDB/SP), que ressalvavam o contrato de risco a "empresa brasileira", desde que o termo de concessão da União fosse autorizado pelo Congresso Nacional. De todas as lideranças que assinaram o requerimento de votação da fusão, apenas os do PDS, do PTB e do PFL declararam seu voto a favor do mérito. A manobra do Centrão enganou até o relator Bernardo Cabral, que deu parecer favorável à emenda pensando que se tratava de acordo de lideranças. "Agora tenho que manter meu voto SIM para ser coerente", admitiu assim que foi alertado de sua posição.

A emenda foi rejeitada por 185 votos contra 125 e 14 abstenções, confirmando a tendência demonstrada pelo plenário na última quinta-feira, quando aprovou o monopólio da União sobre os riscos e resultados decorrentes da exploração de jazidas de petróleo e gás natural, sem qualquer tipo de participação de iniciativa privada. A alternativa a esta matéria, restabelecida do projeto da Comissão de Sistematização, era a série de emendas apresentadas por constituintes centristas propondo a dos contratos de risco pelo Congresso Nacional.

De todas as lideranças que declararam os votos de suas bancadas, só a do PDT se manifestou contra a aprovação da emenda por achar que não se trata de matéria constitucional. Foi rejeitada por 175 votos contra 31 e 13 abstenções.

O quorum baixo prejudicou ainda a emenda do deputado Fernando Lyra, que teve sua votação adiada de sexta-feira para ontem justamente por falta de quorum. Por 232 votos contra 69 e 13 abstenções, ficou rejeitada a proposta de nacionalização das atividades de aerolevanteamento.

Também não foi aprovada, por falta de cinco votos, uma emenda do deputado Alfi Domingos (PL/SP), destacada pelo deputado Maurício Fruet (PMDB/PR), que proibia a cessão de servidores de sociedades de economia mista ou de empresas públicas para os órgãos da administração direta. Defendida tanto por Fruet quanto pelo relator, a matéria foi considerada "altamente moralizadora".

De todas as lideranças que declararam os votos de suas bancadas, só a do PDT se manifestou contra a aprovação da emenda por achar que não se trata de matéria constitucional. Foi rejeitada por 175 votos contra 31 e 13 abstenções.

O quorum baixo prejudicou ainda a emenda do deputado Fernando Lyra, que teve sua votação adiada de sexta-feira para ontem justamente por falta de quorum. Por 232 votos contra 69 e 13 abstenções, ficou rejeitada a proposta de nacionalização das atividades de aerolevanteamento.

Também não foi aprovada, por falta de cinco votos, uma emenda do deputado Alfi Domingos (PL/SP), destacada pelo deputado Maurício Fruet (PMDB/PR), que proibia a cessão de servidores de sociedades de economia mista ou de empresas públicas para os órgãos da administração direta. Defendida tanto por Fruet quanto pelo relator, a matéria foi considerada "altamente moralizadora".



Quatro emendas aprovadas deram notoriedade e aplausos a Myriam Portella

A ESTRELA DO DIA

Myriam, a tímida que deixou o anonimato

A cotação feminina subiu ontem durante os trabalhos da Constituinte com o desempenho da deputada Myriam Portella. Deixando de lado seu jeito tímido e introspectivo, a deputada pedesista do Piauí encaminhou com desenvoltura uma emenda de sua autoria, que acabou por ser aprovada, sob o aplauso de suas colegas. O destaque foi considerado como mais um ponto ganho na luta contra a discriminação à mulher. A emenda, pertencente ao texto da reforma urbana, garante ao homem ou à mulher o título de domínio do imóvel, no caso do usucapião. No final, a Constituinte aprovou a proposta por 292 votos contra 10 e 12 abstenções.

A personalidade da Constituinte piauiense já vem há algum tempo sendo observada pelos que conhecem a geografia do plenário. Ela é literalmente uma estranha no ninho, pois trocou seu lugar na bancada do PDS para fazer companhia aos parlamentares do PSB e PDT, que se sentam em bancadas diametralmente opostas — tanto física quanto ideologicamente.

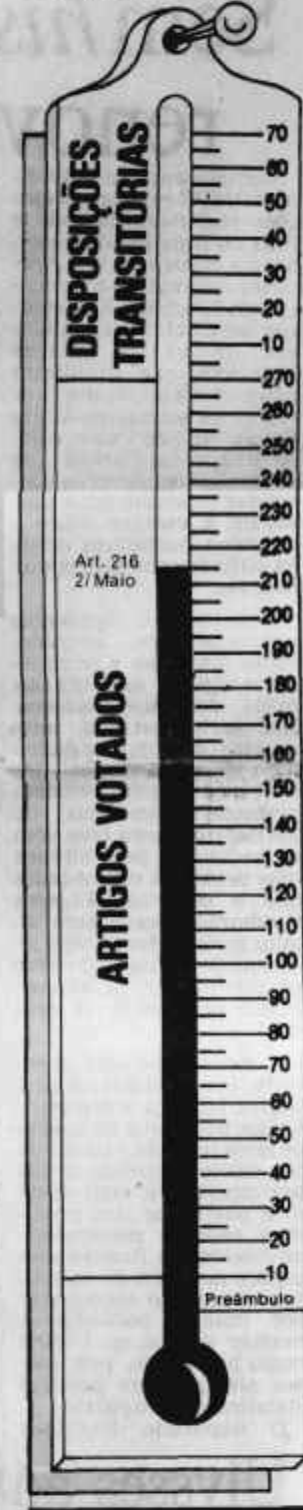
Foi, entretanto, no capítulo da política urbana que Myriam deixou o quase anonimato para surpreender a todos com quatro emendas consideradas de grande valor, sobre os direitos sociais. E dela, por exemplo, o destaque que reduz de cinco para três anos o prazo mínimo de ocupação do imóvel para se garantir o instituto do usucapião. Myriam reivindicou ainda serem considerados atentatórios ao uso social da propriedade os atos dos quais resultassem o desalojamento de posseiros de terrenos abandonados ou destinados à especulação imobiliária.

Myriam Portella é conhecida do ex-ministro Petrólio Portella e esposa do atual vice-governador do Piauí, Lucídio Portella, tendo ficado em segundo lugar na disputa pela prefeitura de Teresina em 1985. No momento, ela é o grande trunfo das eleições municipais deste ano e poderá ser a candidata vitoriosa da coligação PMDB/PFL.

ocupação do imóvel para se garantir o instituto do usucapião. Myriam reivindicou ainda serem considerados atentatórios ao uso social da propriedade os atos dos quais resultassem o desalojamento de posseiros de terrenos abandonados ou destinados à especulação imobiliária.

Myriam Portella é conhecida do ex-ministro Petrólio Portella e esposa do atual vice-governador do Piauí, Lucídio Portella, tendo ficado em segundo lugar na disputa pela prefeitura de Teresina em 1985. No momento, ela é o grande trunfo das eleições municipais deste ano e poderá ser a candidata vitoriosa da coligação PMDB/PFL.

ATÉ ONDE JÁ SE VOTOU NA CONSTITUINTE



O TEXTO APROVADO ONTEM

Art. 212 - A política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades acima de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no Plano Diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica, para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsória, imposto progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Fe-

deral, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 213 - A população do Município, através da manifestação de, pelo menos, cinco por cento de seu eleitorado, poderá ter a iniciativa de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros.

Art. 214 - Aquele que possuir como sua área urbana, de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente sem oposição, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo único - O direito previsto neste artigo não será reconhecido ao mesmo possuidor por mais de uma vez.

Art. 215 - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Art. 216 - O transporte coletivo urbano é serviço público essencial de responsabilidade do Município, podendo ser operado através de concessão ou permissão.

Lula, bem, já quer voltar ao plenário

São Bernardo do Campo - Recuperando-se bem da cirurgia a que foi submetido na semana passada para a retirada do apêndice, o deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pretende voltar o mais rápido possível à Brasília, a tempo de participar das votações do capítulo sobre a reforma agrária. A data de seu retorno, porém, só será definida na manhã de hoje, depois que o médico Raul

Kutae o examinar. Lula se encontra em sua residência, em repouso absoluto, garantido pelo controle fêreo de sua mulher, Marisa Letícia da Silva.

Segundo ela, embora Lula esteja ansioso para voltar à Assembleia Constituinte, preocupado com a votação de um dos temas que mais interessa ao PT, que é a reforma agrária, a palavra do médico será acatada.



Jereissati pediu a extinção de dois ministérios

Jereissati: Crise exige medida dura

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, saiu do gabinete do presidente José Sarney, ontem, defendendo uma ação global dos governadores de apoio às medidas do Governo visando a redução do déficit público e o controle do processo inflacionário. "Esses são os problemas mais sérios que enfrentamos hoje e defendo a união de todas as forças políticas em favor do controle da inflação, mesmo que isso exija a adoção de medidas duras", declarou Jereissati.

Dizendo que entende a greve como um instrumento válido para o trabalhador, o governador cearense pediu, porém, compreensão "neste momento difícil, no qual todos têm que dar sua parcela de sacrifício, porque é indispensável o corte do déficit e isso, necessariamente, passa pelos salários dos funcionários das estatais". Ele negou, no entanto, que o assunto tivesse sido abordado na audiência de ontem com o presidente Sarney.

beração de recursos para o pagamento dos trabalhadores do programa de emergência de seu Estado, em atraso desde janeiro passado. Quanto à possibilidade de novos cortes nas linhas de crédito para os Estados e Municípios, o governador disse: "Isso não é mais possível, porque todos os cortes já foram feitos. Estamos com todos os programas de saneamento e habitação, celebrados com a Caixa Econômica Federal, suspensos, e aqueles contratados com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social".

Em sua opinião, há ainda muita alternativa de cortes para redução do déficit público no Governo Federal. Como exemplo, citou o caso de dois ministérios — o da Irrigação e o da Reforma Agrária — que, segundo Jereissati, "poderiam ser extintos e suas funções transferidas aos estados e municípios. Posso garantir que, com isso, certamente teríamos muito mais eficácia e menor dispêndio de recursos", disse.

Frente Rio pode ter Jandira e PC do B

Rio - A deputada estadual Jandira Feghali, estrela do PC do B e parlamentar mais votada nas últimas eleições para a Assembleia, deu ontem um passo importante na direção de um acordo eleitoral com a Frente Rio (aliança de partidos de esquerda que participaram do governo Saturnino Braga), envolvendo a disputa pela prefeitura do Rio nas eleições de novembro: a parlamentar, já lançada candidata pelo seu partido, acompanhada da presidente regional do PC do B, Maria Dolores, foi procurar o prefeito interino do Rio, João Resende, para informar que está descartada qualquer hipótese de vir a apoiar um candidato do PMDB na sucessão municipal.

Jandira Feghali sustentou que o PMDB está isolado politicamente do povo e já não representa os an-

seios populares. E que a tática eleitoral do seu partido será a de fortalecer uma alternativa na disputa municipal ao populismo. "Representado pelas forças de Brizola" e o minúsculo Partido Liberal, onde desponta a forte candidatura do deputado constituinte Alvaro Valle. O PC do B, que apoiou a eleição de Moreira Franco, onde apoiou a Frente Rio, mesmo sem ter cargo no governo Saturnino Braga.

Tanto João Resende (responde pela prefeitura na ausência do prefeito Saturnino Braga, no momento em viagem por países do Leste Europeu, depois de ter participado a convite do governo soviético das solenidades de 1º de maio em Moscou) quanto Jandira Feghali, disseram que num primeiro momento o fundamental é assegurar a discussão de um programa mínimo.